



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2023
EDITAL DE INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 03/2023

PREÂMBULO

O **FUNDO DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA**, situado na Rua Maria Ranzan, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta/SC, representado neste ato por sua Gestora Sidônia Salete Cecon Merísio, **TORNA PÚBLICO**, por meio da Comissão Permanente de Licitação, que se encontra aberto a partir do **dia 02 de janeiro de 2024** das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 na Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, **CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS, COMPREENDENDO COLETA E ANÁLISE**, para atendimento das demandas do Fundo Municipal de Saúde, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

Considerando que as condições para execução do objeto são universais e, portanto, a prestação dos serviços dar-se-á em igualdade de condições para todos os interessados, extingue-se a competitividade, caracterizando situação de Inexigibilidade de Licitação, fundamentada no **Caput do art. 25 da Lei n.º 8.666/93**. Desta forma, o **Credenciamento** apresenta-se como a forma mais adequada de atender o objeto em questão, por conceder tratamento isonômico a todos os pretensos credenciados.

Este edital de credenciamento contém os seguintes anexos:

Anexo “A” – Termo de referência;

Anexo “B” - Requerimento de Credenciamento

Anexo “C” - Modelo de declaração de atendimento ao inciso v, do art. 27, da lei 8.666/93;

Anexo “D” – Modelo de declaração de que não possui em seu quadro de pessoal servidor público;

Anexo “E” - Minuta do Termo de Credenciamento;

1 - O OBJETO

1.1 - O presente Edital destina-se ao **CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS, COMPREENDENDO COLETA E ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, na forma discriminada neste Edital e seus Anexos.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar do certame, empresas jurídicas comprovadamente do ramo de atividade correlacionada ao objeto deste Credenciamento, que satisfaçam as condições exigidas no presente Edital e seus anexos.



2.2 A participação neste credenciamento implica em concordância e aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

2.3 Não será aceita documentação incompleta

2.4. Não poderão participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas no artigo 87, III e IV da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos de suspensão, desde que tenham sido penalizadas pela Administração Municipal de Cordilheira Alta – SC, bem como empresas nas seguintes condições:

a. com falência decretada;

b. em consórcio;

c. estrangeiras que não funcionem no país;

d. empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Credenciamento.

2.5. Para evitar maiores transtornos à população e ao Município em relação ao deslocamento, custo e tempo despendido, a contratada deverá possuir um posto laboratorial na sede do município.

2.6. Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses previstas nos incisos I à XI do Artigo 3º § 4º da Lei Complementar 123/2006.

3. DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

3.1 Pessoas Jurídicas interessadas em prestar o serviço de Coleta e Análise de Exames Laboratoriais, deverão apresentar a documentação de Credenciamento, junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, a partir de 02 de janeiro de 2024, nos horários das 7h30min até às 11h30min e das 13h00min até as 17h00min.

3.2. O envelope deverá estar identificado em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA/SC

Processo Licitatório nº 11/2023

Inexigibilidade/Credenciamento nº 03/2023

ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

4. DA HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

4.1 Solicitação de Credenciamento, conforme modelo no ANEXO B, endereçado à Comissão Permanente de Licitações, devidamente preenchido, redigido em papel timbrado da empresa, assinado e carimbado pelo Representante Legal da



empresa concordando com as disposições constantes neste Regulamento e declarando:

- Que possui estrutura para prestar os serviços de saúde objeto deste edital;
- Que aceita prestar os serviços pelos valores constantes da tabela de referência (Anexo A)

4.2 Habilitação Jurídica:

4.2.1 Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e última alteração, devidamente registrado em Junta Comercial ou em Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, em se tratando de Sociedade Comercial e, no caso de Sociedades por Ações acompanhadas de documento de eleição de seus administradores

4.2.2 Declaração de não empregabilidade de menores, conforme Art. 7º, inciso XXXIII, CF. (modelo em Anexo C)

4.2.3 Declaração de Não Parentesco, (modelo em Anexo D)

4.2.4 Alvará de localização e Funcionamento atualizado, da sede da empresa, emitido pela Prefeitura municipal.

4.2.5 Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.2.6 Relatório constando a negativa de impedimento de contratação com a Administração Pública, denominado Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, disponível no portal do Tribunal de Contas da União no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

4.3 Habilitação Fiscal:

4.3.1 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal;

4.3.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

4.3.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal;

4.3.4 Prova de Regularidade com FGTS;

4.4 Habilitação Trabalhista

4.4.1 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Justiça do Trabalho www.tst.jus.br).

4.5 Habilitação Financeira:

4.5.1 Certidão Negativa de Falência e Concordata e Recuperação Judicial (sendo a sede da empresa licitante no Estado de Santa Catarina, deverá emitir a certidão conjunta do Poder Judiciário de Santa Catarina, disponível no site: <https://certidoes.tjsc.jus.br/>);

4.6 Qualificação Técnica:

4.6.1 Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES;



4.6.2 Alvará de Funcionamento em Plena Validade, expedida pela Vigilância Sanitária.

4.6.3 Registro do responsável técnico no conselho profissional competente (vigente).

4.6.4 Declaração de que a empresa possui condições de atendimento ao serviço, objeto desta licitação, considerando espaço físico, sala de espera, e profissionais qualificados para atendimento à demanda de pacientes que utilizarão dos serviços.

4.7. Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

4.7.1 A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no item 1.1 deste Edital.

4.8. Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada.

4.8.1. De acordo com o disposto no artigo 3º, I e II, da Lei 13.726/2018 é dispensada a exigência de reconhecimento de firma e autenticação de cópia de documento em cartório, podendo ser realizada por Servidor Público desta Administração.

4.8.2. O reconhecimento de firma será feito por confrontação de assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente administrativo, lavrar sua autenticidade no próprio documento (Art. 3º, I, da Lei 13.726/2018).

4.8.3. Ademais, quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis (Art. 3º, § 2º, da Lei 13.726/2018).

4.8.4. Os documentos, certidões e certificados exigidos como condição de habilitação, emitidos online, ficam, nesse caso, a aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro e/ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

4.9. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

4.9.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

4.9.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

4.10. Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



4.11. A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 4.3, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

4.12. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida, mesmo que os documentos exigidos relativos à regularidade fiscal apresentem alguma restrição.

4.12.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

4.12.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no Item 4.12.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 81, 86 e 87 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5. DAS OBRIGAÇÕES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS CREDENCIADOS

5.1. Para evitar maiores transtornos à população e ao Município em relação ao deslocamento, custo e tempo despendido, a coleta de materiais ou prestação de serviços, deverá ser realizado obrigatoriamente no Município de Cordilheira Alta, caso a contratada não possua sede no Município, deverá abrir Filial ou posto de coleta na sede do Município.

5.1.1 A coleta de materiais será diariamente (segunda-feira a sexta-feira) das 7h30 às 10h30.

5.2. O Credenciado não poderá cobrar do paciente, ou seu responsável, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados;

5.3. Obriga-se a colocar à disposição da Secretaria de Saúde de Cordilheira Alta, todos os exames constantes no Anexo A deste Edital. Caso o credenciado não disponha de estrutura própria para a realização de alguns dos exames solicitados, poderá subcontratar outro laboratório para fazê-lo, no percentual máximo de até 20%.

5.4. Obriga-se a atender todos os encaminhamentos para os serviços de diagnóstico feitos pela rede Municipal de Saúde.

5.5. Compromete-se em realizar a todos os exames, constantes na Lista do Anexo A, fornecendo o resultado dos mesmos num prazo máximo de 5 (cinco) dias, com exceção aos exames, que não possui laboratórios na região que realizam tal procedimento, num prazo máximo de 15 (quinze) dias.

5.6. Atender os pacientes com agilidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços;

5.7. Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação e Serviços de Saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação Legal;



5.8. Garantir ao paciente a confidencialidade dos dados e informações sobre a assistência;

5.9 Colher, na 2º via do relatório de atendimento, a assinatura do paciente ou de seu representante legal, devendo este documento ser arquivado no Prontuário da Secretaria de Saúde de Cordilheira Alta;

5.10. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;

5.11. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier Causar ao Município a ao paciente;

5.12. São ainda obrigações dos prestadores de serviços à Secretaria Municipal de Saúde de Cordilheira Alta;

5.12.1. Informar à Secretaria Municipal de Saúde eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretora ou de estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas;

5.12.2. Executar, conforme a melhor técnica, os exames laboratoriais, obedecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas;

5.12.3. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos as obrigações assumidas por fora deste edital;

5.12.4. Permitir o acesso dos supervisores e auditores da coordenação de controle e avaliação da Secretaria.

5.12.5. Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

6 – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E CONTRATO

6.1. O presente edital de credenciamento terá como prazo de vigência da data de sua publicação até **31/12/2024**, ou até que outro edital ou ato da administração venha a revogá-lo.

6.2. O contrato de prestação de serviço do presente credenciamento terá como prazo de vigência a partir da data de assinatura do mesmo até 31/12/2024.

7. DO CONTRATO

7.1. A contratação do objeto licitado será de acordo com a demanda da Secretaria de Saúde, e será realizado mediante Autorização emitida pelo responsável.

7.2. Os valores aplicados serão conforme a tabela constante no Anexo A.

7.2.1. O valor máximo total mensal que o fundo Municipal de Saude tem previsão de gasto é de R\$ 50.000,00.

7.3. A responsabilidade exclusiva e integral por qualquer direito de qualquer ordem do prestador credenciado, para a execução de todos os procedimentos, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, ou mesmo fiscais e comerciais resultante de vínculo de toda a espécie, é do credenciado, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidas para a entidade pública concedente do credenciamento ou mesmo para o Ministério da Saúde;



7.4. A formalização do credenciamento se dará através de Contrato específico, após a entrega da documentação relacionada no item 4 deste edital, conforme minuta constante no Anexo E.

8 - DA ESCOLHA DO CREDENCIADO PRESTADOR DO SERVIÇO

8 - A coleta será por livre demanda, conforme solicitação da Secretária de Saúde e a escolha do paciente da escolha do prestador.

9. DA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Em vista da urgência procedimental, tratando-se de saúde pública, qualquer cidadão parte legítima para impugnar o presente edital, por irregularidade por aplicação na Lei 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis após a data fixada para abertura do credenciamento, independente de já ter havido a admissão de algum interessado, devendo a administração julgar e responder a impugnação, em até 3(três) dias úteis;

9.1.1. Caberá, por deliberação da Comissão Permanente de Licitações, no prazo constante no item 10.1, deliberar sobre eventual suspensão do credenciamento, até resposta e julgamento à impugnação do edital;

9.2. Dos atos decorrentes deste credenciamento, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do requerimento de habilitação de qualquer dos participantes ou de qualquer outro ato no curso do processo, nos termos do artigo 109 da Lei 8.666/93.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A inobservância pelo **CREDENCIADO** de cláusulas ou obrigações constantes do contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará ao **Fundo Municipal de Saúde**, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso as seguintes penalidades contratuais:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.2. As sanções mencionadas nos subitens anteriores não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato administrativo, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

10.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas dos contratos celebrados.

10.4. A multa aplicável será de:

10.4.1 - 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado;



10.4.2 - 5% (cinco por cento) por descumprimento do prazo de execução, calculados sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 11.4.1;

10.4.3 - 10% (dez por cento):

- a) pela recusa injustificada em assinar o contrato no prazo estabelecido;
- b) pela rescisão da avença, calculados sobre o valor total do contrato; e/ou
- c) pela recusa injustificada em prestar total ou parcialmente o serviço, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

10.5. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo IPCA ou equivalente, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.

10.6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo da prestação do serviço, se dia de expediente normal no **Fundo**, ou do primeiro dia útil seguinte.

10.7. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

10.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução de serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa.

10.9. A suspensão E o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstem a participação em licitação e a contratação com o Município de Cordilheira Alta e o Fundo de Saúde, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

10.9.1. Por 6 (seis) meses, nos casos de:

- a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;
- b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida.

10.9.2. Por 12 (doze) meses, nos casos de:

a) retardamento imotivado da execução do serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

10.9.3. Por 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

- a) entregar como verdadeira, mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- b) paralisação de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;
- c) praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos de licitação no âmbito do Município de Cordilheira Alta; ou
- d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

10.10. Será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, por tempo indeterminado, o fornecedor que:

- a) não regularizar a inadimplência contratual nos prazos estipulados no item 14.8 deste edital; ou.



b) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de ato ilícito praticado.

10.10.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

10.10.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeitos em relação tanto à Administração Direta, Autárquica e Fundacional, às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Santa Catarina, quanto à Administração pública da União, demais Estados, Municípios e Distrito Federal.

10.11. Em qualquer hipótese é assegurado ao CREDENCIADO amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da Lei Federal de licitações e contratos administrativos.

11 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento decorrente desta inexigibilidade ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

11.2. A rescisão contratual poderá ser:

11.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

11.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Este Edital encontra-se à disposição dos interessados no sítio do Município www.pmcordi.sc.gov.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, na Rua Celso Tozzo, nº27 – Centro, ou através dos e-mails: compras@pmcordi.sc.gov.br ou licitacoes@pmcordi.sc.gov.br

12.2. O Fundo de Saúde poderá revogar o presente edital no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público ou por fato superveniente, devidamente justificado.

12.3. Será facultado ao Fundo de Saúde, em qualquer tempo, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do contrato, bem como a aferição dos serviços ofertados, além de solicitar dos órgãos técnicos competentes a elaboração de pareceres destinados a fundamentar a decisão.



12.4. A (o) **credenciada (o)** deverá comunicar formalmente ao Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a eventual impossibilidade temporária de prestar os serviços constantes do objeto deste **edital**, mediante plena justificativa técnica;

12.5. A remuneração recebida pela (o) **credenciada (o)** não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo da natureza trabalhista ou previdenciária;

12.6. A (o) **credenciada (o)** será responsável pela indenização de dano causado ao paciente, ao Município ou a terceiros a ele vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado a (o) **credenciada (o)** o direito de regresso. A responsabilidade da (o) **credenciada (o)** estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação de serviços, nos estritos termos do art. 14 da lei nº 8.078/90 (código de defesa do Consumidor);

12.7. Os casos omissos serão discutidos e analisados pela Administração Municipal, sob os aspectos da legislação pertinente, visando o melhor Atendimento aos usuários.

Cordilheira Alta/SC, 20 de dezembro de 2023.

SIDÔNIA SALETE CECON MERÍSIO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2023
INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 03/2023

ANEXO “A” – TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO: CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLÍNICAS, COMPREENDENDO COLETA E ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, conforme descrições e valores da tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR MAX.
1	ACIDO FÓLICO	500	R\$ 34,57
2	ÁCIDO ÚRICO	1000	R\$ 16,47
3	ALBUMINA	400	R\$ 21,87
4	ALDOSTERONA	200	R\$ 35,07
5	ALFA FETOPROTEÍNA	300	R\$ 33,84
6	AMILASE TOTAL	400	R\$ 23,45
7	ANTI TROMBINA III	100	R\$ 59,63
8	ANTICOAGULANTE LÚPICO	300	R\$ 51,25
9	ANTI-ENDOMISIO – ANTICORPOS IGA	250	R\$ 42,93
10	ANTI-ENDOMISIO – ANTICORPOS IGG	250	R\$ 43,22
11	ANTIESTREPTOLISINA O – ASLO	200	R\$ 17,17
12	ANTI- GLIADINA IGA	250	R\$ 36,48
13	ANTI- GLIADINA IGG	250	R\$ 36,23
14	ANTI-GLIADINA IGM	250	R\$ 36,40
15	ANTI-MICROSSOMAL(ANTI-TPO)	200	R\$ 31,82
16	ANTI-TIREOGLOBULINA	250	R\$ 32,87
17	ANTI-TRANSGLUTAMINASE IGA	250	R\$ 45,57
18	BACTERIOSCÓPICO-GRAM	300	R\$ 18,80
19	BETA HCG-QUANTITATIVO	400	R\$ 35,52
20	BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	600	R\$ 18,17
21	BICARBONATO – CO2 E OU DOSAGEM DE BICARBONATO	300	R\$ 41,27
22	CA 125	250	R\$ 34,63
23	CA 15-3	250	R\$ 35,60
24	CA 19-9	250	R\$ 35,22
25	CÁLCIO	500	R\$ 24,17
26	CÁLCIO IÔNICO	300	R\$ 28,95
27	CAPACIDADE TOTAL DE LIGAÇÃO DE FERRO-TIBC	350	R\$ 28,53
28	CEA(ANTIGINO CARCINOEMBRIOGÊNICO)	200	R\$ 33,50
29	CLEARANCE DE CREATININA	250	R\$ 32,97
30	CLEARANCE DE URÉIA	250	R\$ 33,48
31	COAGULOGRAMA	2500	R\$ 43,77
32	COBRE	100	R\$ 33,21
33	COLESTEROL HDL	3000	R\$ 20,73
34	COLESTEROL LDL	3000	R\$ 15,30
35	COLESTEROL TOTAL	3000	R\$ 18,60
36	COMPLEMENTO C3	100	R\$ 32,52
37	COMPLEMENTO C4	100	R\$ 31,87
38	CORTISOL	150	R\$ 31,16
39	CPK- CREATINO FOSFOQUINASE	300	R\$ 25,53
40	CREATININA	3000	R\$ 16,99



41	CULTURA BAAR	100	R\$ 59,00
42	CULTURA COM ANTIBIOGRAMA	150	R\$ 40,53
43	CULTURA E ANTIBIOGRAMA ESTREPTOCOCCUS GRUPO B	300	R\$ 47,93
44	DESIDROGENASE LÁCTICA LDH	350	R\$ 19,54
45	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	100	R\$ 32,61
46	ELETROFORESE DE PROTEÍNAS	100	R\$ 32,20
47	ESPERMOGRAMA	150	R\$ 69,90
48	ESPERMOGRAMA VASECTOMIA	150	R\$ 38,97
49	ESTRADIOL-E2	100	R\$ 30,04
50	EXAME A FRESCO	300	R\$ 21,11
51	FAN-FATOR ANTI NUCLEAR	300	R\$ 32,30
52	FATOR REUMATÓIDE	350	R\$ 22,15
53	FATOR V DE LEIDEN- PESQUISA DA MUTAÇÃO	100	R\$ 234,83
54	FERRITINA	2000	R\$ 32,18
55	FERRO	400	R\$ 24,14
56	FOSFATASE ALCALINA	400	R\$ 17,20
57	FÓSFORO	150	R\$ 21,95
58	FTA-ABS-ANTICORPOS IGG	150	R\$ 33,30
59	FTA-ABS-ANTICORPOS IGM	150	R\$ 34,15
60	GAMA GT-GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE	500	R\$ 18,95
61	GASOMETRIA	150	R\$ 74,81
62	GLICOSE	3500	R\$ 16,93
63	GLICOSE 1H APÓS SOBRECARGA	300	R\$ 31,20
64	GLICOSE 2H APÓS SOBRECARGA	300	R\$ 30,83
65	HEMOGLOBINA GLICADA	2000	R\$ 28,67
66	HEMOGRAMA	3500	R\$ 26,86
67	HEPATITE A -ANTI- HAV IGG	150	R\$ 34,89
68	HEPATITE A -ANTI- HAV IGM	150	R\$ 36,07
69	HEPATITE B -ANTI- HBC- IGM	200	R\$ 32,14
70	HEPATITE B -ANTI- HBC TOTAL	200	R\$ 32,53
71	HEPATITE B -ANTI -HBE	150	R\$ 32,75
72	HEPATITE B ANTI-HBS	400	R\$ 33,96
73	HEPATITE B ANTI-HBEAG	150	R\$ 33,50
74	HEPATITE B ANTI-HBSAG	600	R\$ 32,98
75	HEPATITE C ANTI-HCV	1000	R\$ 36,48
76	HIV 1 EV 2 ANTICORPOS TESTE DE TRIAGEM	1000	R\$ 43,77
77	HORMÔNIO FOLICULO ESTIMULANTE- FSH	300	R\$ 28,17
78	HORMÔNIO LUTEINIZANTE- LH	300	R\$ 27,53
79	IMUNOGLOBULINA A- IGA	150	R\$ 26,90
80	IMUNOGLOBULINA E -IGE	150	R\$ 27,20
81	IMUNOGLOBULINA G -IGG	150	R\$ 27,43
82	IMUNOGLOBULINA M -IGM	150	R\$ 27,58
83	INSULINA	100	R\$ 31,97
84	LACTOSE, TESTE DE TOLERÂNCIA	200	R\$ 47,23
85	LEUCÓCITOS FECAIS	300	R\$ 16,44
86	LIPASE	200	R\$ 23,87
87	LÍTIO	200	R\$ 29,80
88	MAGNÉSIO	250	R\$ 23,47
89	MICROALBUMINÚRIA	300	R\$ 31,88
90	MUTAÇÃO DO GENE DA PROTROMBINA	100	R\$ 220,20
91	PARASITOLÓGICO	500	R\$ 22,23
92	PARATORMÔNIO- PTH	250	R\$ 41,93
93	POTÁSSIO	600	R\$ 21,78
94	PROGESTERONA	200	R\$ 33,88
95	PROLACTINA	250	R\$ 26,94
96	PROTEÍNA C REATIVA – PCR QUANTITATIVO	900	R\$ 23,30
97	PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	200	R\$ 24,22



98	PROTEINÚRIA	100	R\$ 29,13
99	PSA LIVRE- ANTIGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO LIVRE	400	R\$ 33,25
100	PSA TOTAL- ANTIGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO	800	R\$ 33,62
101	RELAÇÃO CÁLCIO/CREATININA URINÁRIA	100	R\$ 70,80
102	RELAÇÃO PROTEINA/CREATININA URINÁRIA	100	R\$ 32,75
103	RETICULÓCITOS	250	R\$ 23,49
104	SANGUE OCULTO NAS FEZES	900	R\$ 26,87
105	SÓDIO	800	R\$ 22,49
106	T3-TRIIODOTIRONINA	200	R\$ 26,56
107	T3-TRIIODOTIRONINA LIVRE	150	R\$ 27,53
108	T4 TIROXINA	300	R\$ 27,18
109	T4 TIROXINA LIVRE	900	R\$ 27,93
110	TAP- TEMPO DE PROTROMBINA	500	R\$ 22,33
111	TESTOSTERONA LIVRE	150	R\$ 31,97
112	TESTOSTERONA TOTAL	150	R\$ 29,14
113	TGO/AST –ASPARTATO AMINOTRANSFERASE	3000	R\$ 15,40
114	TGP/ALT –ALANINA AMINOTRANSFERASE	3000	R\$ 15,20
115	TOXOPLASMOSE- ANTICORPOS IGG	400	R\$ 31,30
116	TOXOPLASMOSE – ANTICORPOS IGM	400	R\$ 30,76
117	TRANSFERRINA	200	R\$ 32,10
118	TRIGLICERÍDEOS	3000	R\$ 18,23
119	TSH – HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE ULTA SENSÍVEL	3000	R\$ 26,60
120	TTPA- TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADO	1000	R\$ 21,18
121	UREIA	2000	R\$ 15,55
122	URINA TIPO I- PARCIAL	3000	R\$ 17,55
123	UROCULTURA COM ANTIBIOGRAMA	2000	R\$ 41,33
124	VDRL	1000	R\$ 17,83
125	VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTAÇÃO VHS	1000	R\$ 16,62
126	VITAMINA B12	1500	R\$ 32,53
127	VITAMINA D-25 HIDROXI	1500	R\$ 45,20
128	ZINCO	300	R\$ 32,53

2 – JUSTIFICATIVA:

2.1 - A contratação dos serviços, objeto deste edital, tem por finalidade o atendimento à população de Cordilheira Alta, na coleta e análise de exames de média e alta complexidade, considerando a demanda dos pacientes, buscando reduzir a fila e o custo benefício, visto que os serviços serão realizados no Município de Cordilheira Alta, evitando deslocamento dos pacientes para outros municípios.

2.2 - A previsão média de gastos está estipulada em R\$ 50.000,00 mensais, levando em consideração a base de gastos mensais do ano de 2023.

3. DA DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO:

3.1. Os serviços estão descritos na tabela constante neste termo de Referência. As quantidades serão de acordo com demanda e encaminhamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Cordilheira Alta.

3.2 Os valores serão aplicados conforme disposto na tabela acima, de acordo com cada procedimento/exame, não podendo ser cobrado em hipótese algum valor superior ou qualquer complemento do município ou dos pacientes.



3.3 O objeto abrange pela contratada todos os serviços, atos, procedimentos, deslocamento, atividades e fornecimentos de mão de obra e material necessários ao seu pleno, total e integral cumprimento, bem como todas as demais atribuições e responsabilidades para o fiel cumprimento do objeto.

3.4 No preço já está incluso eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outros quaisquer que incidam sobre a contratação.

4. DO PAGAMENTO:

4.1 O pagamento será efetuado de acordo com ordem cronológica do Departamento de Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório de pacientes atendidos e exames realizados, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

4.2 O Pagamento será efetuado através de boleto, ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, em até 30 dias do recebimento da nota e relatório aprovado e serviços prestados.

4.3 A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento do objeto desta licitação correrão às dotações: (Projeto Atividade 2.049 – Elemento 3.3.90 – Despesa 13 (1500)),

5. DAS OBRIGAÇÕES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS CREDENCIADOS

5.1. Para evitar maiores transtornos à população e ao Município em relação ao deslocamento, custo e tempo despendido, a coleta de materiais ou prestação de serviços, deverá ser realizado obrigatoriamente no Município de Cordilheira Alta, caso a contratada não possua sede no Município, deverá abrir Filial ou posto de coleta na sede do Município.

5.1.1 A coleta de materiais será diariamente (segunda-feira a sexta-feira) das 7h30 às 10h30.

5.2. O Credenciado não poderá cobrar do paciente, ou seu responsável, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados;

5.3. Obriga-se a colocar à disposição da Secretaria de Saúde de Cordilheira Alta, todos os exames constantes na tabela deste termo de referência. Caso o credenciado não disponha de estrutura própria para a realização de alguns dos exames solicitados, poderá subcontratar outro laboratório para fazê-lo.

5.4. Obriga-se a atender todos os encaminhamentos para os serviços de diagnóstico feitos pela rede Municipal de Saúde.

5.5. Compromete-se em realizar a todos os exames, constantes na tabela deste termo de referência, fornecendo o resultado dos mesmos num prazo máximo de 5 (cinco) dias, com exceção aos exames, que não possui laboratórios na região que realizam tal procedimento num prazo máximo de 15 (quinze) dias.

5.6. Atender os pacientes com agilidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços;

5.7. Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação e Serviços de Saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação Legal;



- 5.8. Garantir ao paciente a confidencialidade dos dados e informações sobre a assistência;
- 5.9 Colher, na 2º via do relatório de atendimento, a assinatura do paciente ou de seu representante legal, devendo este documento ser arquivado no Prontuário da Secretaria de Saúde de Cordilheira Alta;
- 5.10. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;
- 5.11. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos a que vier Causar ao Município a ao paciente;
- 5.12. São ainda obrigações dos prestadores de serviços à Secretaria Municipal de Saúde de Cordilheira Alta;
- 5.12.1. Informar à Secretaria Municipal de Saúde eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretora ou de estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas;
- 5.12.2. Executar, conforme a melhor técnica, os exames laboratoriais, obedecendo rigorosamente às normas técnicas respectivas;
- 5.12.3. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos as obrigações assumidas por fora deste edital;
- 5.12.4. Permitir o acesso dos supervisores e auditores da coordenação de controle e avaliação da Secretaria.
- 5.12.5. Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

Cordilheira Alta/SC, 20 de dezembro de 2023.

SIDÔNIA SALETE CECON MERÍSIO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2023
INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 03/2023

ANEXO “B” - REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

RAO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO: (Rua, Avenida, complemento e nº, bairro)

Telefone (s):

E-mail:

À Comissão Permanente de Licitação

Para fins de **CREDENCIAMENTO**, anexamos os documentos de habilitação exigidos o Edital CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS, para prestação de serviços de Exames Laboratoriais de Análises Clínicas, compreendendo coleta e análise de baixa e média complexidade, Processo de Licitação nº 11/2023 – Inexigibilidade de Licitação para Credenciamento nº 03/2023, em conformidade com as características e valores estabelecidos no Anexo “A”, declarando desde já que:

- Possui estrutura para prestar os serviços de saúde objeto do referido Processo de Credenciamento, envolvendo todos os exames relacionados no Anexo A.

- Aceitamos prestar os serviços pelos valores constantes da tabela de referência constante no Anexo A.

Para fins de pagamento, informamos abaixo os dados bancários desta empresa:

Banco:

Nº da Agência:

Nº da Conta Corrente:

Operação:

Licitante:

CNPJ:

Endereço:

Fone:

E-mail:

Local, de _____ de 2023.

(Nome e assinatura do responsável legal)
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2023
INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 03/2023

ANEXO “C”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO V, DO ART. 27, DA
LEI 8.666/93**

_____(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade - RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso V, art. 27, da Lei federal nº 8.666/93, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de menor aprendiz. ()

Local, _____ de _____ de 2023

(Nome e assinatura do responsável legal)
(Número da carteira de identidade e órgão emissor)



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2023
INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 03/2023

ANEXO “D”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE
PESSOAL SERVIDOR PÚBLICO.**

(Nome do licitante) _____, por seu representante legal, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, DECLARA, que não possui em seu quadro, na função de diretor, assessor, conselheiro ou similares, servidores do Município de Cordilheira Alta, na forma do artigo 93 da respectiva Lei Orgânica.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2023.

nome e assinatura do responsável legal
(Número CPF)



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2023
INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO/CREDENCIAMENTO PÚBLICO Nº 03/2023

ANEXO “E”

MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE
SI CELEBRAM O **FUNDO MUNICIPAL DE**
SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA E

____ PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS,
PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES
CLINICAS, COMPREENDENDO COLETA E
ANÁLISE.

O **FUNDO DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA**, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 11.427.163/0001-71, com sede na Rua Maria Ranzan, Bairro Rosa Linda, Cordilheira Alta, SC, neste ato representado por sua Gestora, a Sra. SIDÔNIA SALETE CECON MERÍSIO, doravante denominada simplesmente **CREDENCIANTE**, e _____ inscrito no CNPJ-MF sob o nº, com sede na _____, representada neste ato, pelo seu _____, Sr.(a). _____, portadora da Cédula de Identidade nº e inscrito no CPF-MF sob o nº _____, doravante denominado simplesmente **CREDENCIADO**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o PROCESSO LICITATÓRIO Nº **11/2023** - Credenciamento, Inexigibilidade de Licitação Nº **03/2023** e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem como objeto a **CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISES CLINICAS, COMPREENDENDO COLETA E ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**, para atendimento das demandas do Fundo de Saúde, conforme especificações constantes no edital convocatório.



1.2. O CREDENCIADO compromete-se a realizar os exames de acordo com a necessidade e solicitação da CREDENCIANTE, nos termos do requerimento de credenciamento e tabela disposta no Anexo A;

1.3. A remuneração a que fará jus a contratada, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores unitários fixados na tabela de exames (Anexo A), logo, as quantidades a serem executadas dependerão da demanda das unidades de saúde do Município de Cordilheira Alta/SC.

1.4. A contratada se obriga em prestar os serviços dentro dos melhores padrões e normas científicas vigentes e atualizadas, e com o necessário rigor técnico que a natureza dos serviços requer e a manter pessoal devidamente qualificado para atendimento dos exames solicitados.

1.5. O paciente deverá, com o encaminhamento médico em mãos, agendar e retirar a autorização para a realização dos exames, junto a Secretaria de Saúde do Município, **escolhendo o prestador da sua preferência**, sendo que em hipótese algum deverá desembolsar qualquer valor, a que título for dos exames constantes na lista constante no Anexo A, dos serviços prestados.

1.6. A coleta dos materiais para os exames clínicos dos pacientes ocorrerá na sede do laboratório/empresa no Município de Cordilheira Alta, desde que o local possua todas as condições exigidas pela vigilância sanitária e normas para a prestação do serviço.

1.7. A contratada garante a execução dos serviços contratados, de forma a não prejudicar e retardar os procedimentos médicos com a necessidade e solicitação da contratante.

1.8. Compromete-se em realizar a todos os exames, constantes na Lista do Anexo A, fornecendo o resultado dos mesmos num prazo máximo de 5 (cinco) dias, justificando os casos em que não possui laboratórios na região que realizam tal procedimento, num prazo máximo de 15 (quinze) dias.

1.9. Vinculam-se ao presente contrato como se neles tivessem transcritos, o edital de credenciamento com seus anexos e os documentos da contratada.

1.10. A contratada não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA DO CONTRATO

2.1. **O presente termo de contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2024**, ou até que outro edital ou ato da administração venha a revoga-lo, podendo ainda ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite previsto na Lei Federal 8.666/93.

2.2. Vinculam-se ao presente contrato como se neles tivessem transcritos, o edital de credenciamento com seus anexos e os documentos da contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetuado de acordo com ordem cronológica do Departamento de Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal e relatório



de pacientes atendidos e exames realizados, devidamente certificada pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

3.2 O Pagamento será efetuado através de boleto, ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor.

3.3. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta ata correrão à dotação: (Projeto Atividade 2.049 – Elemento 3.3.90 – Despesa 13 (1500)), previstas na Lei Orçamentária Anual prevista para o Exercício de 2023.

CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Estabelecer os horários de coleta de materiais para exames nos pacientes que utilizam do Sistema de Saúde Municipal;

4.2. Informar à contratada, as necessidades de coleta de materiais sempre que necessários (extraordinário);

4.3. Fornecer as guias preenchidas, carimbadas e assinadas para a prestação dos serviços, acompanhada da autorização de serviço.

4.4. Manter constante fiscalização, tanto no laboratório quanto nos serviços prestados pela contratada;

4.5. Pagar a contratada o valor devido na data avença.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar os serviços constantes contratados, dentro dos melhores padrões, normas científicas vigentes e atualizadas e com o necessário rigor técnico que a natureza dos serviços requer, de acordo com a necessidade e solicitação da Secretaria de Saúde;

5.2. Fornecer todos os materiais necessários à coleta das amostras, sem, entretanto, a eles se limitarem, tais como: agulhas descartáveis, frascos, impressos para resultados de exames, etc.

5.3. Realizar os exames mediante o recebimento da Autorização de Serviços, acompanhada da Guia de encaminhamento médico.

5.4. Promover medidas de proteção individual aos funcionários do laboratório, tais como: luvas, máscaras, óculos, cujo uso terá caráter obrigatório (EPI's).

5.5. Arcar com salários, encargos sociais, trabalhistas, tributo e todas as despesas referentes à execução dos serviços. Os exames deverão ser realizados no laboratório próprio da contratada.

5.6. Garantir a execução dos serviços contratados durante a vigência do contrato, de forma a não prejudicar e não retardar os procedimentos médicos necessários aos pacientes do sistema único de saúde.

5.7. Indicar formalmente um profissional para atuar como seu representante local perante o município contratante para coordenação dos serviços e solução de problemas técnicos e administrativos relacionados ao objeto contratual.

5.8. Durante e após a vigência do contrato e no que disser respeito ao seu objeto, manter para o Município contratante à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a contratada, em qualquer circunstância, nesse particular, considerada como única e exclusiva



empregadora, e responsável pela garantia e exatidão dos serviços e por qualquer ônus que os contratantes venham a arcar em qualquer época, em decorrência de tais ações, reivindicações ou reclamações.

5.9 A contratada será responsável pela indenização de dano causado a pacientes, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticados por profissionais a ele vinculados.

5.10. Entregar o resultado dos exames dos pacientes diretamente a eles ou pessoas autorizadas pelo mesmo diretamente, no estabelecimento da contratada.

5.11. Encaminhar ao setor de compras da contratada, os serviços executados mensalmente, através de Nota Fiscal acompanhada da requisição de serviços e relação nominal dos pacientes e seus respectivos exames contidos nas requisições, referente aos serviços efetivamente realizados e atestados pela Secretaria de Saúde.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. A inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento decorrente desta inexigibilidade ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

6.2. A rescisão contratual poderá ser:

6.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. A inobservância pelo **CREDENCIADO** de cláusulas ou obrigações constantes do contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará ao **Fundo de Saúde**, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso as seguintes penalidades contratuais:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa;

7.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

7.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2. As sanções mencionadas nos subitens anteriores não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato administrativo, nas hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.



7.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas dos contratos celebrados.

7.4. A multa aplicável será de:

7.4.1. 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado;

7.4.2. 5% (cinco por cento) por descumprimento do prazo de execução, calculados sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no subitem 10.4.1;

7.4.3. 10% (dez por cento):

a) pela recusa injustificada em assinar o contrato no prazo estabelecido;

b) pela rescisão da avença, calculados sobre o valor total do contrato; e/ou

c) pela recusa injustificada em prestar total ou parcialmente o serviço, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

7.5. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo IPCA ou equivalente, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.

7.6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo da prestação do serviço, se dia de expediente normal no **Fundo**, ou do primeiro dia útil seguinte.

7.7. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

7.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na execução de serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa.

7.9. A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstem a participação em licitação e a contratação com o Município de Cordilheira Alta e o Fundo de Saúde, sendo aplicadas nos seguintes prazos e hipóteses:

7.9.1. Por 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

b) alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria fornecida.

10.9.2. Por 12 (doze) meses, nos casos de:

a) retardamento imotivado da execução do serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

7.9.3. Por 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

a) entregar como verdadeira, mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) paralisação de fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;



c) praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos de licitação no âmbito do Município de Cordilheira Alta; ou

d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

7.10 - Será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, por tempo indeterminado, o fornecedor que:

a) não regularizar a inadimplência contratual nos prazos estipulados no item 10.8. deste edital; ou

b) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de ato ilícito praticado.

7.10.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a contratada ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

7.10.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeitos em relação tanto à Administração Direta, Autárquica e Fundacional, às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Santa Catarina, quanto à Administração pública da União, demais Estados, Municípios e Distrito Federal.

7.11. Em qualquer hipótese é assegurado ao CREDENCIADO amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos.

7.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CREDENCIANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A inexecução total ou parcial deste Termo de Credenciamento enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

8.2. A rescisão deste contrato pode ser:

8.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CREDENCIANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se o CREDENCIADO com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

8.2.2. A pedido do CREDENCIADO, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

8.2.3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

8.3. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.4. O CREDENCIADO reconhece todos os direitos da CREDENCIANTE em caso de eventual rescisão contratual.



CLÁUSULA NONA - DOS CASOS OMISSOS

9.1. Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei n° 8.666/93 e demais legislação vigente aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1. O presente Contrato é firmado através do Edital de Inexigibilidade/Credenciamento Público **11/2023**, conforme disposições do artigo 25 da Lei 8.666/93.

10.2. Este Contrato poderá ser alterado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1 Nos termos do art. 67 Lei n° 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela servidora **Ivania Atuatti**, matrícula n° **5941/03** e **Flávia Cortes Garcia**, matrícula n° **3436/03**, que atuarão como representante institucional, nos termos do artigo 67 da Lei 8666/93.

11.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n° 8.666, de 1993.

11.3 - O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou ao exercer qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renovação ou renúncia e nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Cordilheira Alta/SC, xx de _____ de 2023.

SIDÔNIA SALETE CECON MERISIO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

CREDENCIADO

Testemunhas:

Angelita Gabriel
CPF: 022.893.109-64

Laura Muniz da Silva
CPF: ***241.889**